

Romi S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Romi S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Romi S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.17.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos imobilizado e intangível - Avaliação de indicativos de redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível para os segmentos de "Fundidos e Usinados" e "Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")"

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.11, nº 11 e nº12 (d) (i) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realiza anualmente análise da existência de indicadores de "impairment" e, caso necessário, efetua a mensuração do valor recuperável, a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para perdas ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis. Esse assunto foi considerado como um PAA principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação dos segmentos de Fundidos e Usinados e B+W durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que indicaram existência de indicadores de "impairment", que ensejaram a elaboração da mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destes segmentos, a qual exige alto grau de julgamento empregado pela Administração, utilização de conhecimento técnico e do histórico das operações da Companhia e, a realização de projeções dos resultados futuros, a fim de mensurar o valor recuperável dos referidos ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indicadores de "impairment".
- (ii) Execução de procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- (iii) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos indicativos de redução do valor recuperável para os segmentos Fundidos e Usinados e B+W e, assim, consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível dos segmentos Fundidos e Usinados e B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pela revisão do trabalho de auditoria executado com propósito da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

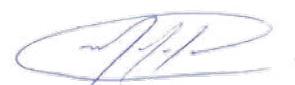
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

ROMI S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	119.073	216.256	262.220	282.418	Financiamentos	13	67.679	140.550	147.148	176.839
Aplicações financeiras	3	50.230	66	99.476	32.066	Financiamentos - FINAME fabricante	14	196.847	162.410	196.847	162.410
Contas a receber	4.i	108.446	101.665	209.783	240.727	Fornecedores		94.373	56.071	110.420	80.128
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	-	-	51.476	34.696	Salários e encargos sociais		29.909	32.002	38.096	39.065
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	177.517	170.821	177.517	170.821	Impostos e contribuições a recolher		1.296	8.230	10.820	15.541
Estoques	6	478.208	446.596	715.544	607.007	Adiantamentos de clientes		32.220	28.034	187.257	109.810
Máquinas de locação destinadas a venda	11	22.987	-	22.987	-	Participações a pagar		4.797	5.507	4.797	5.507
Partes relacionadas	8	27.728	19.238	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio		17.817	368	17.817	368
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.748	7.700	18.609	15.928	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	15	5.921	3.848	5.921	3.848
Outros créditos		9.616	9.590	18.454	17.232	Outras contas a pagar		13.994	9.297	42.016	34.763
						Partes relacionadas	8	9.178	206	-	-
		<u>1.002.553</u>	<u>971.932</u>	<u>1.576.066</u>	<u>1.400.895</u>			<u>474.031</u>	<u>446.523</u>	<u>761.139</u>	<u>628.279</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	4.i	4.948	2.555	21.846	5.050	Financiamentos	13	261.645	141.247	317.259	216.532
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	-	-	29.508	30.079	Financiamentos - FINAME fabricante	14	194.230	229.400	194.230	229.400
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	248.657	232.033	248.657	232.033	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	15	397	403	451	403
Partes relacionadas	8	83.217	41.538	-	-	Outras contas a pagar		13	-	5.871	2.988
Impostos e contribuições a recuperar	9	65.593	60.811	65.599	60.817	Partes relacionadas	8	32.700	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	14.730	12.860	23.288	17.492	Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	7	12.431	4.813	-	-
Depósitos judiciais	15	12.131	12.150	12.131	12.150	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	38.660	33.097
Outros créditos		10.319	8.721	8.739	9.302			<u>501.416</u>	<u>375.863</u>	<u>556.471</u>	<u>482.420</u>
		<u>439.595</u>	<u>370.668</u>	<u>409.768</u>	<u>366.923</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>975.447</u>	<u>822.386</u>	<u>1.317.610</u>	<u>1.110.699</u>
Investimentos em controladas	7	333.296	248.690	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	11	412.911	386.466	497.420	454.679	Capital social	17	988.470	904.772	988.470	904.772
Propriedade para investimento	10	13.500	13.500	14.283	15.183	Reserva de lucros		150.565	195.316	150.565	195.316
Intangível	12	337	641	49.086	44.362	Ajuste de avaliação patrimonial		87.710	69.423	87.710	69.423
		<u>1.199.639</u>	<u>1.019.965</u>	<u>970.557</u>	<u>881.147</u>			<u>1.226.745</u>	<u>1.169.511</u>	<u>1.226.745</u>	<u>1.169.511</u>
						PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	2.268	1.832
TOTAL DO ATIVO		<u>2.202.192</u>	<u>1.991.897</u>	<u>2.546.623</u>	<u>2.282.042</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.226.745</u>	<u>1.169.511</u>	<u>1.229.013</u>	<u>1.171.343</u>
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.202.192</u>	<u>1.991.897</u>	<u>2.546.623</u>	<u>2.282.042</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ROMI S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	911.773	945.831	1.220.011	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(650.903)	(674.445)	(864.795)	(859.705)
Lucro bruto		260.870	271.386	355.216	367.542
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(70.047)	(67.043)	(118.493)	(111.387)
Gerais e administrativas	24	(56.612)	(52.802)	(106.700)	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(31.074)	(30.160)	(31.074)	(30.160)
Participação e honorários da Administração	8	(14.258)	(14.005)	(14.500)	(14.232)
Resultado de participações societárias	7	18.128	57.052	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	2.166	7.286	28.171	59.835
		(151.697)	(99.672)	(242.596)	(194.375)
Lucro operacional		109.173	171.714	112.620	173.167
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	22.668	27.448	30.113	34.967
Despesas financeiras	25	(18.651)	(20.661)	(25.599)	(26.038)
Variação cambial, líquida		4.389	646	4.186	1.262
		8.406	7.433	8.700	10.191
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117.579	179.147	121.320	183.358
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(3.696)	(15.061)	(6.356)	(18.771)
Diferido	16	(5.566)	(15.954)	(11.947)	(21.601)
		1.870	893	5.591	2.830
Lucro líquido do exercício		113.883	164.086	114.964	164.587
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				113.883	164.086
Participação dos acionistas não controladores				1.081	501
				114.964	164.587
Lucro básico por ação em reais - R\$	17	1,22	1,76		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	113.883	164.086	114.964	164.587
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Efeito de conversão de moeda estrangeira	<u>18.287</u>	<u>(4.106)</u>	<u>18.287</u>	<u>(4.106)</u>
Lucro líquido abrangente do exercício	<u>132.170</u>	<u>159.980</u>	<u>133.251</u>	<u>160.481</u>
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			132.170	159.980
Participação dos acionistas não controladores			<u>1.081</u>	<u>501</u>
			<u>133.251</u>	<u>160.481</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ROMI S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Atribuído à participação dos controladores								
	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	771.454	164.159	83.985	248.144	73.529	-	1.093.127	2.271	1.095.398
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	164.086	164.086	501	164.587
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	(4.106)	-	(4.106)	-	(4.106)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	(4.106)	164.086	159.980	501	160.481
Aumento de capital	133.318	(133.318)	-	(133.318)	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	(11.412)	-	(11.412)	-	-	(11.412)	-	(11.412)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(72.184)	(72.184)	-	(72.184)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(940)	(940)
Transferência entre reservas	-	83.696	8.206	91.902	-	(91.902)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	133.318	(61.034)	8.206	(52.828)	-	(164.086)	(83.596)	(940)	(84.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-	1.169.511	1.832	1.171.343
Saldo em 31 de dezembro de 2023	904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-	1.169.511	1.832	1.171.343
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	113.883	113.883	1.081	114.964
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	18.287	-	18.287	-	18.287
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	18.287	113.883	132.170	1.081	133.251
Aumento de capital	17 83.698	(83.698)	-	(83.698)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	17 -	-	-	-	-	(74.936)	(74.936)	-	(74.936)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(645)	(645)
Transferência entre reservas	-	33.253	5.694	38.947	-	(38.947)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	83.698	(50.445)	5.694	(44.751)	-	(113.883)	(74.936)	(645)	(75.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	988.470	52.680	97.885	150.565	87.710	-	1.226.745	2.268	1.229.013

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117.579	179.147	121.320	183.358
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas		(23.704)	(14.331)	36.071	(17.474)
Depreciação e amortização	11, 12	47.930	43.644	60.613	56.038
Constituição para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	4, 5	8.114	4.187	6.719	4.187
Constituição para realização dos estoques	6	(1.964)	(953)	(742)	(1.630)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	11, 12	(38.756)	(39.916)	(36.759)	(39.998)
Resultado de participações societárias	8	(18.128)	(57.052)	-	-
Constituição de provisão para passivos eventuais	15	857	1.354	911	1.354
Duplicatas a receber		40.738	59.276	41.521	(4.471)
Partes relacionadas (ativo e passivo)		(42.287)	(1.650)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(27.369)	3.935	(27.369)	3.935
Estoques		(35.533)	55.859	(106.999)	35.048
Impostos e contribuições a recuperar		(11.383)	3.396	(13.260)	23.090
Depósitos judiciais		19	50	19	50
Outros créditos		11.098	13.648	14.010	14.293
Fornecedores		30.662	(47.072)	22.652	(51.596)
Salários e encargos sociais		(2.093)	(10.077)	(969)	(9.785)
Impostos e contribuições a recolher		(3.809)	20.087	(297)	(2.890)
Adiantamentos de clientes		4.186	(3.153)	77.447	3.406
Outras contas a pagar		41.578	(3.268)	14.317	(2.504)
Caixa gerado nas operações		97.735	207.111	209.205	194.411
Imposto de renda e contribuição social, pagos sobre o lucro		(3.125)	(36.995)	(5.217)	(40.081)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		94.610	170.116	203.988	154.330
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	3	(50.164)	118.748	(67.410)	86.748
Aquisição de imobilizado	11	(148.773)	(123.600)	(154.750)	(130.051)
Redução de capital de investida no exterior	7	-	7.397	-	-
Aquisição de intangível	12	-	(137)	(26)	(199)
Receita na venda de imobilizado		90.471	80.093	90.471	80.093
Dividendos recebidos	7	8.676	26.706	-	-
Aumento de capital em controlada	7	(49.249)	(34.000)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(149.039)	75.207	(131.715)	36.591
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	17	(57.384)	(97.970)	(58.029)	(98.910)
Novos empréstimos e financiamentos		170.219	84.000	188.382	100.325
Pagamentos de financiamentos		(139.562)	(21.057)	(215.396)	(26.293)
Juros pagos		(15.294)	(16.381)	(17.052)	(18.611)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		195.986	171.540	195.986	171.540
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(168.991)	(117.426)	(168.991)	(117.426)
Juros pagos e provisionados ao fim do exercício - Finame Fabricante		(27.728)	(53.435)	(27.728)	(53.435)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(42.754)	(50.729)	(102.828)	(42.810)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(97.183)	194.594	(30.555)	148.111
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		216.256	21.662	282.418	131.999
Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior		-	-	10.357	2.308
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		119.073	216.256	262.220	282.418
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.		-	-	-	-

ROMI S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.052.084	1.094.952	1.360.496	1.374.955
Receitas relativas à construção de ativos próprios	122.399	93.316	122.399	93.316
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(8.114)	(4.187)	(6.719)	(4.187)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.166	7.286	28.171	59.835
	<u>1.168.535</u>	<u>1.191.367</u>	<u>1.504.347</u>	<u>1.523.919</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais consumidos	(639.414)	(647.183)	(717.887)	(716.079)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(49.310)	(42.951)	(50.777)	(44.563)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(49.359)	(54.896)	(116.081)	(123.828)
	<u>(738.083)</u>	<u>(745.030)</u>	<u>(884.745)</u>	<u>(884.470)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	430.452	446.337	619.602	639.449
Depreciação e amortização	(47.930)	(43.644)	(60.613)	(56.038)
	<u>382.522</u>	<u>402.693</u>	<u>558.989</u>	<u>583.411</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de participações societárias	18.128	57.052	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	27.057	28.094	34.299	36.229
	<u>427.707</u>	<u>487.839</u>	<u>593.288</u>	<u>619.640</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	226.696	203.781	376.036	322.196
Remuneração direta	183.442	164.548	331.878	282.736
Participações e honorários da Administração	14.258	14.005	14.500	14.232
Comissões sobre vendas	16.204	10.908	16.866	10.908
Benefícios (Planos de previdência privada aberta complementar)	1.722	1.208	1.722	1.208
FGTS	11.070	13.112	11.070	13.112
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	56.166	88.235	60.891	93.332
Federais	49.904	83.107	54.629	88.204
Estaduais	5.177	4.090	5.177	4.090
Municipais	1.085	1.038	1.085	1.038
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	30.962	31.737	43.123	40.966
Juros	18.651	20.661	25.599	26.038
Aluguéis	12.311	11.076	17.524	14.928
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	113.883	164.086	113.238	163.146
Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados	74.936	72.184	74.936	72.184
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(645)	(940)
Lucros retidos	38.947	91.902	38.947	91.902
Valor adicionado distribuído	<u>427.707</u>	<u>487.839</u>	<u>593.288</u>	<u>619.640</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A ROMI S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente “Companhia” ou “Consolidado”), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d’Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio e locação de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, incorporação imobiliária via suas controladas no Brasil, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 - Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

ii) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.17 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4.

(i) Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Para mais informações, vide notas 13 e 14.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8.1 Máquinas de locação destinadas a venda

São classificados como "Máquinas de locação destinadas a venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda das máquinas desativadas do imobilizado; (iii) as máquinas são efetivamente colocadas à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

As máquinas retornadas de locação desativadas são apresentadas pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor realizável líquido, que contempla o custo de aquisição mais gastos capitalizáveis decorrentes da reforma, líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "Máquinas de locação destinadas a venda".

2.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.14 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18).

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produzividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

(iv) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Venda de lotes (próprios)

A Companhia por meio de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque.

No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente da "Rominor Empreendimentos" ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilização é da venda pela Companhia das benfeitorias alocadas àquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual de performance incorrido, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

A Companhia adotou o CPC 47/ IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", com base nas orientações contidas no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, adotando-se para o reconhecimento da receita o critério "over time". A Companhia deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, vinculado ao progresso físico da obra. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes".

Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(d) Receita de locação de máquinas

A receita de locação de máquinas é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

(e) Receita de venda de Máquinas de locação destinadas a venda

A receita da venda de “Máquinas de locação destinadas a venda” é uma atividade complementar da atividade de locação de máquinas. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerente a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, e o valor da receita possa ser mensurados de maneira confiável. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.18 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.19 Aplicação de julgamentos e políticas contábeis materiais na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.

(b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).

(c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7.

(d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6 (f).

(e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.13), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.18).

(f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.20 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17).

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

2.21 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21).

2.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2).

2.23 ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

2.24 Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas

2.24.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

i) Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

ii) Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Companhia na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Companhia divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

iii) Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A Companhia adotou as alterações à IFRS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um “leaseback” que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de “sale and leaseback” com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de “sale and leaseback” que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de “sale and leaseback” celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Companhia aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

2.24.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no futuro.

ii) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e
- melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.

iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A Companhia pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária)
- não tiver responsabilidade pública, e
- sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A subsidiária tem responsabilidade pública se:

- seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou
- detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério).

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade.

Os diretores da Companhia não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

iv) Orientação Técnica OCPC 10 e Resolução CVM 223

No dia 16 de dezembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). Em consonância com esta iniciativa, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. O OCPC 10 e Resolução CVM 223/24 entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos em conta corrente	19.254	37.912	126.231	93.351
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	99.647	177.906	135.817	188.629
Outros	172	438	172	438
Total de caixa e equivalente de caixa	119.073	216.256	262.220	282.418
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b)	50.230	66	99.476	32.066
Total de títulos mantidos para negociação	50.230	66	99.476	32.066

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento em até 90 dias.

(b) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento acima de 90 dias.

As aplicações financeiras são remuneradas por taxa média de 101,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,54% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4 CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER – FINANCIAMENTOS PRODZ

(i) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cientes no país (Brasil)	92.948	82.217	99.145	104.930
Cientes no exterior	21.725	22.508	120.631	142.217
Estimativas de perdas por créditos de liquidação duvidosa	(6.227)	(3.060)	(9.993)	(6.420)
Circulante	108.446	101.665	209.783	240.727
Cientes no país (Brasil)	2.897	1.493	17.935	1.660
Cientes no exterior	5.173	3.534	7.034	5.862
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(3.122)	(2.472)	(3.122)	(2.472)
Não circulante	4.948	2.555	21.847	5.050

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valores a vencer	84.478	81.220	175.669	208.799
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	12.716	4.954	18.734	12.818
De 31 a 60 dias	1.933	4.074	2.950	4.552
De 61 a 90 dias	342	1.837	1.096	1.822
De 91 a 180 dias	2.197	4.488	3.856	5.988
De 181 a 360 dias	4.546	4.530	4.839	5.646
Mais de 360 dias	8.461	3.622	12.632	7.521
	30.195	23.505	44.107	38.347
Total	114.673	104.725	219.776	247.146
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(6.227)	(3.060)	(9.993)	(6.420)
Total circulante	108.446	101.665	209.783	240.727

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2026	5.451	19.212
2027	2.619	5.539
2028 e após	-	251
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(3.122)	(3.156)
Total - não circulante	4.948	21.846

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2023	5.532	8.892
Créditos reconhecidos no exercício	7.174	8.019
Créditos baixados definitivamente da posição	(3.357)	(5.563)
Variação cambial	-	1.768
Saldo em 31 de dezembro 2024	9.349	13.116

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

(ii) CONTAS A RECEBER – FINANCIAMENTOS PRODZ

	PRODZ	
	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	51.476	34.696
Clientes no país	52.093	35.101
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(617)	(405)
Não Circulante	29.508	30.079
Clientes no país	29.542	30.079
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(34)	-

Os saldos do contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão distribuídos conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Valores a vencer	48.453	33.994
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	797	363
De 31 a 60 dias	544	258
De 61 a 90 dias	289	150
De 91 a 180 dias	734	181
De 181 a 360 dias	812	117
Mais de 360 dias	464	38
	3.640	1.107
Total	52.093	35.101
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa	(617)	(405)
Total circulante	51.476	34.696

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024, da PRODZ, está distribuído conforme segue:

	PRODZ
Valores a vencer:	
2026	22.020
2027	6.136
2028 e após	1.352
Total - não circulante	29.508

5 VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	30.12.2024	31.12.2023
FINAME a vencer	160.390	161.780
FINAME aguardando liberação (a)	2.898	388
FINAME em atraso (b)	22.187	13.019
	185.475	175.187
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(7.958)	(4.366)
Circulante	177.517	170.821
FINAME a vencer	230.296	233.673
FINAME aguardando liberação (a)	22.348	1.888
	252.644	235.561
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(3.987)	(3.528)
Não circulante	248.657	232.033
TOTAL	426.174	402.854

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber – repasse FINAME Fabricante – é representada por:

(a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.

(b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de “Outros créditos”, aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$592 (R\$1.163 em 31 de dezembro) no ativo circulante, e R\$9.190 (R\$7.479 em 31 de dezembro de 2023) no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30.12.2024	31.12.2023
Valores a vencer	163.288	162.168
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.359	1.962
De 31 a 60 dias	1.629	983
De 61 a 90 dias	1.140	528
De 91 a 180 dias	3.256	846
De 181 a 360 dias	4.854	476
Mais de 360 dias	8.948	8.223
	22.187	13.019
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(7.958)	(4.366)
Total - Circulante	177.516	170.821

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
Valores a vencer:		
2026		126.573
2027		77.852
2028		40.955
2029		7.264
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa		(3.987)
Total - não circulante		248.657

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.894
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.945

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Produtos acabados	39.660	45.503	107.652	111.251
Máquinas usadas	1.365	4.119	1.365	4.119
Produtos em elaboração	144.976	122.707	249.994	159.338
Matéria-prima e componentes	274.952	266.495	333.963	316.700
Importações em andamento	17.255	7.772	22.570	15.599
Total	478.208	446.596	715.544	607.007

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2024, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$24.940 e R\$39.585 (R\$25.687 e R\$34.210 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2023	22.485	30.976
Estoques vendidos ou baixados	(12.061)	(12.843)
Perdas reconhecidas	11.108	11.213
Variação cambial	-	709
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	4.155	4.155
Saldo em 31 dezembro de 2023	25.687	34.210
Estoques vendidos ou baixados	(11.794)	(11.886)
Perdas reconhecidas	9.830	11.144
Variação cambial	-	4.900
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	1.217	1.217
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.940	39.585

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Produtos acabados	1.774	1.092	2.125	1.417
Máquinas usadas	691	2.533	691	2.533
Produtos em elaboração	5.630	5.803	5.630	5.803
Matéria-prima e componentes	16.845	16.259	31.139	24.457
Total	24.940	25.687	39.585	34.210

7 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		31.12.2024			Percentual de participação 31.12.2023		
		Direta	Indireta	Não Controladores	Direta	Indireta	Não Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
1.1	Romi Machines UK Ltd.	-	100,00	-	-	100,00	-
1.2	Romi France SAS	-	100,00	-	-	100,00	-
1.3	Romi Máquinas España S.A.	-	100,00	-	-	100,00	-
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	-	-	100,00	-	-
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	-	100,00	-	-	100,00	-
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shanghai) Co., Ltd	-	100,00	-	-	100,00	-
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	-	6,93	93,07	-	6,93
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	-	-	100,00	-	-
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários LTDA. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	-	-	100,00	-	-
6.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
7.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda	100,00	-	-	100,00	-	-

	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shanghai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos Participações S.A. ("Rominor")	e Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
7.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda	Brasil	Atividades de concessão de linhas de crédito para financiamentos de máquinas aos clientes e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



31.12.2024

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq.México (7)	Prodz (8)	Total
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78,000		1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	82.423	312.707	36.786	91.254	66.958	-	28.161	64.057	
Ativo não circulante	10.798	129.925	300	3.035	-	-	2.491	62.207	
Passivo circulante	63.309	236.013	4.359	83.192	130	-	33.239	601	
Passivo não circulante	32.985	98.083	-	9.231	54	-	6.771	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	(3.073)	108.535	32.727	1.866	66.773	-	(9.358)	125.663	
Resultado do exercício	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631		(2.804)	9.992	
Movimentação do investimento:									
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2023	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	-	(4.813)	66.422	243.877
Variação cambial sobre investimentos no exterior	307	19.085	-	636	-	-	(1.741)	-	18.287
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(8.676)	-	-	-	-	-	(8.676)
Resultado de participações societárias	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631	-	(2.804)	9.992	18.128
Aumento / Diminuição de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	-	49.249	49.249
Valor patrimonial equivalente - saldo final	(3.073)	108.535	30.459	1.866	66.773	-	(9.358)	125.663	320.865
Investimento em controladas	-	108.535	30.459	1.866	66.773	-	-	125.663	333.296
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	(3.073)	-	-	-	-	-	(9.358)	-	(12.431)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de janeiro de 2024 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 12 de março de 2024 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no primeiro trimestre de 2024 o montante de R\$5.041. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.632 a ser submetida para aprovação na AGO – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025 totalizando o montante de R\$8.676.

(c) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$49.249 havia sido integralizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



31.12.2023

	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	83.527	191.340	28.131	56.734	57.762	-	26.254	36.763	
Ativo não circulante	10.452	109.438	300	300	(1.423)	-	2.584	30.079	
Passivo circulante	53.197	152.607	1.991	43.655	197	-	23.094	420	
Passivo não circulante	39.198	49.513	-	12.103	-	-	10.557	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	1.584	98.658	26.440	1.276	56.142	-	(4.813)	66.422	
Movimentação do investimento:									
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2022	10.603	104.897	30.505	(2.684)	17.327	8.044	(4.383)	26.726	191.035
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(109)	(4.033)		167	-	(447)	316	-	(4.106)
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(12.618)	-	(14.088)	-	-	-	(26.706)
Resultado de participações societárias	(8.910)	(2.206)	6.721	3.793	52.903	(200)	(746)	5.696	57.051
Aumento / Diminuição de capital em controlada	-	-	-	-	-	(7.397)	-	34.000	26.603
Valor patrimonial equivalente - saldo final	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	-	(4.813)	66.422	243.877
Investimento em controladas	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	-	-	66.422	248.690
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	-	-	-	(4.813)	-	(4.813)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de janeiro de 2023 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 14 de março de 2023 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2022, ademais houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no segundo trimestre de 2023 o montante de R\$10.938, e R\$1.680, respectivamente.

(c) Houve a distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Empreendimentos, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 14 de março de 2023 no valor de R\$14.088.

(d) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$34.000 havia sido integralizado.

(e) Em setembro de 2023 houve o encerramento das atividades da subsidiária ROMI AL, descapitalizando a controlada.

8 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) SALDOS PATRIMONIAIS – CONTROLADORA

	CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CONTROLADAS DIRETAS				
Romi Europa	15.048	9.572	244	34
Romi Itália	6.663	2.868	-	-
Romi BW Machine Tools	14.529	5.539	59	166
Irsa Máquinas México	20.923	14.672	12	2
Rominor Comércio	3.632	1.682	-	-
Prodz	-	-	41.429	-
	60.795	34.333	41.744	202
CONTROLADAS INDIRETAS				
B+W - Burkhardt+Weber	19.491	9.556	130	-
Romi France S.A.S.	11.091	5.619	-	-
Romi Máquinas España S.A.	10.452	7.766	-	-
Romi Machines UK	9.115	3.502	4	4
	50.149	26.443	134	4
Total	110.945	60.776	41.878	206
Circulante	27.728	19.238	9.178	206
Não Circulante	83.217	41.538	32.700	-
Total	110.945	60.776	41.878	206

(ii) TRANSAÇÕES

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Romi Europa	6.468	8.091	755	636
Rominor Comércio	48	46	-	-
Rominor Empreendimentos	26	33	-	-
Romi Itália	4.702	8.869	-	-
Romi BW Machine Tools	8.450	10.426	2.065	781
Romi France S.A.S.	5.641	6.574	-	-
Romi A.L.	-	-	-	17
Romi Machines UK	5.047	6.766	209	61
Irsa Máquinas México	4.477	7.282	47	92
B+W - Burkhardt + Weber	9.513	4.664	-	-
Romi Máquinas España	973	1.932	-	-
Prodz	80	77	-	-
TOTAL	45.425	54.761	3.076	1.587

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita acumulada até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$156 (R\$155 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio cancelado pela Promotoria de Justiça. As doações acumuladas até 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$1.204 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2023).

Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 – Propriedade para investimento, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Rominor Empreendimentos”), houve a venda do terreno localizado na (i) Rua Papa Pio XII, e (ii) do prédio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1.250 tal transação foi intermediada por Partes Relacionadas à Companhia e foi paga comissão devida pela intermediação de corretagem no valor total de R\$480. As deliberações foram tomadas exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração que se julgaram desimpedidos, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de julho de 2024.

As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como seguem:

	31.12.2024	31.12.2023
Honorários e encargos	8.451	7.702
Participação nos resultados	4.989	5.559
Plano de previdência privada	428	405
Assistência médica	390	339
CONTROLADORA	14.258	14.005
Honorários e encargos das empresas controladas	242	227
CONSOLIDADO	14.500	14.232

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2024.

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		
IRRF	538	1.824
INSS	-	2
IPI	3.792	2.684
ICMS	3.704	2.460
PIS	127	130
COFINS	587	600
TOTAL CONTROLADORA	8.748	7.700
Impostos a recuperar de subsidiárias	9.861	8.228
TOTAL CONSOLIDADO	18.609	15.928
NÃO CIRCULANTE		
Processo Selic (a)	62.792	58.255
ICMS	2.777	2.531
OUTROS	24	25
TOTAL CONTROLADORA	65.593	60.811
Impostos a recuperar de subsidiárias	6	6
TOTAL CONSOLIDADO	65.599	60.817

a) Processos fiscais (“Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de débitos tributários”)

Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários.

Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: *“É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de débito tributário”*.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possuir ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável do que não que a Companhia possui o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário foi realizado para o período findo em 30 de setembro de 2021.

Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$42,9 milhões.

Por fim, a ação judicial da Companhia encontra-se no STF aguardando a análise do agravo em recurso especial interposto pela ROMI, cuja discussão é exclusivamente sobre o Tema 504 do STJ que trata dos juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais, que ainda não transitou em julgado, considerando o entendimento do STF no caso das repetições de débito que poderá ser observado pelo Tribunal Superior.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021.

10 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 2012, a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 – em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$14.283 (R\$15.183 – em 31 de dezembro de 2023) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 (R\$110.661 – em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$114.318 (R\$126.318 – em 31 de dezembro de 2023) no consolidado.

- i) Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence, que conta com 350 lotes entre 300m² e 884m², cuja previsão de entrega e conclusão do empreendimento é 2025. Até o presente momento, as vendas estão indicando o Valor Geral de Vendas ("VGV") total estimado em cerca de R\$133.000 se mostrou adequado. A participação da Rominor Empreendimentos, subsidiária integral da Companhia nesse empreendimento é de 50% do VGV. Até a data dessas demonstrações financeiras intermediárias, a controlada Rominor Empreendimentos havia recebido o montante de aproximadamente R\$53,9 milhões (valor acrescido da correção monetária e juros). A Administração analisou as normas contábeis CPC47 - Reconhecimento de Receitas e as normas de CVM aplicáveis e, entendeu que, para o reconhecimento de toda a receita do empreendimento Vila Romi Residence, deve ser aplicado a metodologia *Percentage of Completion* ("POC"). Para a posição de 31 de dezembro de 2024, o percentual de conclusão das obras era de 100,0% conforme relatório de medição de obras, com impacto na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" no montante de R\$16.059 (tendo sido reconhecido desde o início da obra o saldo total acumulado de R\$82.627).
- ii) Em 25 de julho de 2024, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. "Rominor Comércio", celebrou a venda de imóvel com terceiros, cujo objeto foram os terrenos localizados na (i) Rua Papa Pio XII, com área total de 3.368 m² em Santa Bárbara d'Oeste e (ii) o prédio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1250 contendo 1.142,97 m² de área construída e edificado sobre o terreno (i). O resultado da venda no terceiro trimestre de 2024 foi classificado na linha de "Outras receitas operacionais, líquidas", com impacto de R\$10.000 no resultado operacional e de R\$9.636 no lucro líquido, sendo que o pagamento foi recebido em sua totalidade no ato da assinatura da escritura.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



11 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA							
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	TOTAL
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.997	216.035	488.455	12.159	4.680	37.616	11.002	773.944
Adições	-	1.838	48.086	959	11	820	71.803	123.517
Baixas	-	-	(61.770)	(22)	(8)	(1.336)	-	(63.136)
Transferências	-	728	59.360	(5)	(104)	-	(59.979)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.997	218.601	534.131	13.091	4.579	37.100	22.826	834.325
Adições	-	1.418	45.973	644	1.013	538	99.187	148.773
Baixas	-	-	(66.187)	(59)	(158)	(196)	-	(66.600)
Transferências	-	1.960	101.300	-	-	-	(103.260)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.997	221.979	615.217	13.676	5.434	37.442	18.753	916.498
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	129.400	252.269	8.342	3.893	33.656	-	427.560
Depreciação	-	6.293	35.130	501	269	1.147	-	43.340
Baixas	-	-	(21.762)	(21)	(112)	(1.147)	-	(23.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	135.693	265.637	8.822	4.050	33.656	-	447.858
Depreciação	-	6.401	39.041	591	237	1.357	-	47.627
Baixas	-	-	(14.474)	(59)	(157)	(195)	-	(14.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	142.094	290.204	9.354	4.130	34.818	-	480.600
Vidas úteis		25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos		
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	3.997	86.635	236.186	3.817	787	3.960	11.002	346.384
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.997	82.908	268.494	4.269	529	3.444	22.826	386.466
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.997	79.885	325.013	4.322	1.304	2.624	18.753	435.898

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	CONSOLIDADO							
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	TOTAL
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	30.500	277.615	526.027	30.637	14.673	36.802	16.476	932.730
Adições	-	3.080	48.251	2.439	3.595	822	71.865	130.052
Baixas	-	(2.246)	(60.307)	(22)	(8)	(1.336)	-	(63.919)
Transferências	-	728	59.255	(4)	-	-	(59.979)	-
Variação cambial	(1.036)	(1.846)	1.073	(45)	(2.912)	898	(277)	(4.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.464	277.331	574.299	33.005	15.348	37.186	28.085	994.718
Adições	-	3.475	45.951	2.241	4.499	1.346	97.238	154.750
Baixas	-	(2.245)	(66.187)	(59)	(158)	(196)	-	(68.846)
Transferências	-	1.960	101.300	-	-	-	(103.260)	-
Variação cambial	5.167	9.893	4.645	959	(2.702)	(360)	1.000	18.603
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.631	290.414	660.008	36.146	16.987	37.976	23.063	1.099.225
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	152.538	294.912	22.583	10.100	32.240	-	512.373
Depreciação	-	8.531	36.105	2.088	871	1.657	-	49.252
Baixas	-	-	(21.933)	(48)	(8)	(1.835)	-	(23.824)
Variação cambial	-	16	1.674	42	3	503	-	2.238
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	161.085	310.758	24.665	10.966	32.565	-	540.038
Depreciação	-	9.062	41.716	2.500	874	1.737	-	55.889
Baixas	-	-	(14.723)	(59)	(157)	(195)	-	(15.134)
Variação cambial	-	(194)	(1.549)	(180)	(20)	(33)	-	(1.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	169.953	336.202	26.926	11.663	34.074	-	578.818
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	30.500	125.077	231.115	8.054	4.573	4.562	16.476	420.358
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.464	116.246	263.541	8.340	4.382	4.621	28.085	454.679
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.631	120.461	323.806	9.220	5.324	3.902	23.063	520.407

O montante de R\$47.627 (2023 - R\$36.477) referente à despesa de depreciação, R\$44.430 (2023 - R\$40.382) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.065 (2023 - R\$1.027) em "Despesas com vendas", R\$1.538 (2023 - R\$1.493) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$594 (2023 - R\$438) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$55.889 (2023 - R\$49.252) referente à despesa de depreciação, R\$44.493 (2023 - R\$41.667) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.627 (2023 - R\$1.676) em "Despesas com vendas", R\$9.219 (2023 - R\$5.598) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$550 (2023 - R\$311) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

Imobilizado gravado em garantia

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES, o montante de R\$60.603 em 31 de dezembro de 2024 (R\$44.310 em 31 de dezembro de 2023) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos.

Máquinas alocadas no negócio de locação de máquinas

Dos investimentos realizados em 2024, as máquinas de fabricação própria da Companhia alocadas no negócio de locação de máquinas, uma nova solução lançada no terceiro trimestre de 2020, representaram o montante de R\$111,6 milhões e R\$18,3 milhões de depreciação. Desde o lançamento da solução, o valor residual total dos investimentos até 31 de dezembro de 2024 é de R\$318,7 milhões, sendo a depreciação acumulada no mesmo exercício de R\$49,4 milhões.

Máquinas de locação destinadas a venda

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia classificou na rubrica "Máquinas de locação destinadas a venda" no Ativo Circulante o montante de R\$22.987 referente as máquinas retornadas de locação.

Impairment

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 21) e concluiu que:

- i) Máquinas Romi: Não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.
- ii) Máquinas Burkhardt + Weber: Vide considerações na NE 12 (i).

- iii) Fundidos e usinados: Tendo em vista o desempenho econômico realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração entendeu que havia, naquela data, indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. A Administração da Companhia preparou um laudo de avaliação a fim de obter o valor justo líquido de despesa de venda do ativo imobilizado deste segmento e comparou com o valor contábil. A Administração da Companhia concluiu que o ativo imobilizado permanece recuperável e, não há necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados deste segmento em 31 de dezembro de 2024.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12 INTANGÍVEL

A movimentação do intangível, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO				
	Tecnologia	Outros	Total	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Marca	Outros	Total
Custo bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	563	6.653	7.216	35.812	26.029	31.327	7.796	100.964
Adições	-	137	137	-	-	-	248	248
Variação cambial	-	-	-	(46)	(12)	(44)	(11)	(113)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563	6.790	7.353	35.766	26.017	31.283	8.033	101.099
Adições	-	-	-	26	-	-	-	26
Variação cambial	-	-	-	677	2.160	6.586	-	9.423
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	563	6.790	7.353	36.469	28.177	37.869	8.033	110.548
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	317	6.092	6.409	29.295	12.929	-	7.727	49.951
Amortização	11	293	304	5.193	1.300	-	293	6.786
Saldo em 31 de dezembro de 2023	328	6.385	6.713	34.488	14.229	-	8.020	56.737
Amortização	9	294	303	2.553	1.876	-	294	4.724
Saldo em 31 de dezembro de 2024	337	6.679	7.016	37.041	16.105	-	8.314	61.460
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2023	246	561	807	6.517	13.100	31.327	69	51.013
Saldo em 31 de dezembro de 2023	235	405	640	1.278	11.788	31.283	13	44.362
Saldo em 31 de dezembro de 2024	226	111	337	(573)	12.071	37.869	(281)	49.086

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: Refere-se ao “*know-how*” dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto, com depreciação de 15 a 20 anos;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição, totalmente depreciada em 31 de dezembro de 2023.

(c) relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro, com depreciação de 20 anos.

(d) marca: refere-se aos direitos de uso da marca B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme), que está relacionada a produtos de alta tecnologia, sem prazo definido de amortização.

i) Teste de redução ao valor recuperável para intangível de vida útil indefinida

A Companhia revisa anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso.

As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso e efetuadas para um período de dez anos. A administração julgou apropriada a utilização desse prazo com base em sua experiência passada na elaboração de projeções de fluxo de caixa futuro e, principalmente, devido ao fato de o retorno na indústria de bens de capital ser superior a cinco anos.

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- a) Crescimento da receita e conseqüentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada nas estratégias de criação de valor, as quais incluem observação do comportamento histórico de cada grupo de receita (máquinas, peças e serviços e *retrofits*). A Companhia optou por incluir crescimento em suas receitas conforme seu desempenho observado de crescimento de anos recentes.
- b) Margens brutas e despesas operacionais e financeiras: A Companhia manteve na projeção do fluxo de caixa futuro o semelhante ao observado no passado recente.

- c) Taxa de desconto: O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 7,07% em 2024 (real de 7,99% em 2023).

Por fim, a Companhia empregou análises de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a Unidade Geradora de Caixa (UGC) Máquinas Burkhardt+Weber e, como resultado dessa análise e da aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do intangível da marca, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta UGC.

O montante de R\$303 (2023 - R\$304) referente à despesa de amortização, R\$11 (2023 - R\$14) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$138 (2023 - R\$141) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$154 (2023 - R\$148) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$4.724 (2023 - R\$6.786) referente à despesa de amortização, R\$11 (2023 - R\$14) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$4.420 (2023 - R\$6.483) em "Despesas com vendas", R\$138 (2023 - R\$141) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$155 (2023 - R\$148) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



13 FINANCIAMENTOS

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Modalidade	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2024	2023	2024	2023				
PROJETO FINEP (a)	275	150	146.018	84.000	jun-2030	Mensal	TR + 3,30 a.a.	Fiança bancária
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação	-	222	-	-	jan-2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Equipamentos e Terrenos Covenants
FINAME diversos	-	37	-	-	jan-2024	Mensal	Taxas 3,50% a.a.	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Exportação (NCE) (b)	1.513	19.551	35.355	-	mar-2026 a ago-2026	Parcela única	Juros de 5,7% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos e Comércio
Financiamento à Exportação (NCE) (c)	53	-	49.255	10.722	set-2026 a dez-2027	Parcela única	Juros de 3,949% a.a. a 4,5% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos
Financiamento à Exportação (NCE) Linha 4131	-	27.448	-	-	mar-2024	Parcela única	Juros de 2,03% a.a. + 1,1645% a.a. + Comissão 0,08% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos
BNDES Exportação	-	56.022	-	-	out-2024		IPCA+1,53+1,614 (252 DIAS)	Equipamentos e Terrenos Covenants
EXPORT ACC (d)	37.159	-	-	-	jan-2025 a mar-2025	Parcela única	Juros de 4,63% a.a. a 4,68% a.a.	Aval Rominor Comércio
BNDES Exportação Linha 4.0	15.734	15.771	31.017	46.525	dez-2027	Mensal	Taxa Selic + 0,75% a.a. (252 dias)	Covenants
CONTROLADORA	67.679	140.550	261.645	141.247				
B+W-Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (e)	2.276	10.419	2.673	29.563	jun-2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W-Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (e)	-	25.199	-	45.722	set-2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W-Itaú Loan Agreement - € (e)	45.041	-	22.520	-	mar-2025 a jun-2026	Parcela única	Juros de 5,15% a.a. a 5,70% a.a.	Aval Romi S.A.
BNDES EXIM PÓS MODALIDADE SUPPLIER CREDIT (f)	32.152	-	30.421	-	set-2027	Semestral	Juros de 1,231415% a.a. a 3,3661% a.a.	Aval Romi S.A.
Outros - capital de giro	-	672	-	-				
CONSOLIDADO	147.148	176.839	317.259	216.532				

- (a) Em maio de 2023, foi contratada pela Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") a Linha de Financiamento "Inovação para Competitividade", para projetos de inovação de produtos e processos da Companhia, com as seguintes características: valor de até R\$146.018, com liberações anuais, sendo a primeira liberação de até R\$84.000 e a segunda de até R\$62.018; custo financeiro da TR, acrescido de "Spread Finep" de 3,3% a.a. e Taxa de Inspeção e Vigilância de 0,99%; Garantia através de fiança bancária; Prazo total de 84 meses, sendo 36 meses de carência para vencimento da primeira parcela e prazo de 48 meses para pagamento do principal, a contar da assinatura do contrato da operação a ser celebrado entre a Companhia e a FINEP. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.
- (b) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira *China Construction Bank* (Brasil) Banco Múltiplo S.A., no valor de até US\$6 milhões, com prazo de até 2 anos e taxa efetiva de até 5,7% ao ano (equivalente a taxa nominal de 5,79% ao ano);
- (c) Em 10 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a contratação de Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Mais Inovação – Aquisição de Bens Inovadores", com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de seus produtos, no valor total de R\$100.000, índice de correção TR (Taxa de Referência) acrescido de Spread do BNDES, tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº34.310 e 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, conforme os termos e condições aprovados pelo Comitê de Crédito e Operações do BNDES na Dec. CCOp nº 183/2024 – BNDES e nº 52/2024 – FINAME, ambas de 12/11/2024;
- (d) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A., no valor de até €5 milhões, com prazo de até 1 ano e taxa efetiva de até 4,7% ao ano, prestação com aval da subsidiária Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.;
- (e) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no valor de €3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Em setembro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €3 milhões, pelo prazo de seis meses, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de 5,15%; em outubro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €4 milhões, pelo prazo de até um ano, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de até 5,25 a.a.%;

- (f) Em 29 de março 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias, nos termos das Decisões CCOp_06/2022 – FINAME e CCOp_20/2022 – BNDES, nos valores equivalentes a até (i) US\$8.000 milhões ao custo financeiro da taxa LIBOR fixada em 2,2661% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, e (ii) €10.000 milhões ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamento semestrais e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques, e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endosso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicáveis, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações.

	Controladora		Consolidado	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2022	129.361	94.184	223.545	329.883
Novas captações	84.000	-	84.000	100.325
Pagamento do principal	(906)	(20.151)	(21.057)	(26.293)
Pagamentos de juros	(14.731)	(1.650)	(16.381)	(18.611)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	(4.925)	(4.925)	(8.967)
Juros no final do período	14.705	1.910	16.615	17.033
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023	212.429	69.368	281.797	393.371
Novas captações (a) e (b)	62.121	108.098	170.219	188.382
Pagamento do principal	(70.856)	(68.706)	(139.562)	(215.396)
Pagamentos de juros	(13.765)	(1.529)	(15.294)	(17.052)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	15.921	15.921	63.455
Juros no final do exercício	13.037	3.206	16.243	16.604
Variação crédito rotativo (líquido)	-	-	-	35.043
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024	202.966	126.358	329.324	464.407
Circulante	25.931	41.748	67.679	147.148
Não circulante	177.035	84.610	261.645	317.259
	202.966	126.358	329.324	464.407

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora	Consolidado
2026	75.937	75.938
2027	96.309	147.114
2028	35.760	40.568
2029 e após	53.639	53.639
Total	261.645	317.259

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Determinados contratos de financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a índices de endividamento e capitalização. Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

14 FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

Controladora e Consolidado

Saldo dos financiamentos FINAME	
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2022	391.131
Novas captações	171.540
Pagamento do principal	(117.426)
Pagamento de juros	(53.273)
Juros no final do período	(162)
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023	391.810
Novas captações	195.986
Pagamento do principal	(168.991)
Pagamento de juros	(27.947)
Variação cambial e monetária	-
Juros no final do exercício	219
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024	391.077
Circulante	
FINAME Fabricante	196.847
Não Circulante	
FINAME Fabricante	194.230
	391.077

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica “Financiamentos – FINAME fabricante” e, conseqüentemente os da rubrica “Valores a receber – repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$35.097 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.044 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2026	109.760
2027	58.997
2028	23.731
2029 e após	1.742
Total	194.230

15 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	150	150	150	150
Cíveis	2.743	2.464	2.797	2.464
Trabalhistas	3.425	1.637	3.425	1.637
Total	6.318	4.251	6.372	4.251
Passivo circulante	5.921	3.848	5.921	3.848
Passivo não circulante	397	403	451	403
	6.318	4.251	6.372	4.251

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais		
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP (a) (i)	89.295	80.447
Glosa de créditos PIS e COFINS	15.156	13.864
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	4.186	3.981
Saldo negativo IRPJ e CSLL	3.080	2.570
Glosa de créditos IPI	6.686	6.604
Pagamento IRRF Duplicidade	-	3.148
Crédito de ICMS	178	165
Cíveis		
Perdas e danos	15.591	13.799
Trabalhistas	3.599	3.203
Total Controladora e Consolidado	137.771	127.781

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Utilizações / reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31.12.2024
Fiscais	150	-	-	-	150
Cíveis	2.464	24	(53)	308	2.743
Trabalhistas	1.637	4.094	(3.208)	903	3.426
Total Controladora	4.251	4.118	(3.261)	1.211	6.318
Processo em subsidiárias	-	54	-	-	54
Total Consolidado	4.251	4.172	(3.261)	1.211	6.372

Em 31 de dezembro de 2024, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue:

(a) Processos fiscais passivos

Corresponde às obrigações legais relativas a:

- (i) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP ano calendário 2019: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi interposto recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e encontra-se aguardando julgamento.

Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP ano calendário 2020: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi apresentada Impugnação ao auto de infração julgado improcedente e em fevereiro/2024 foi interposto recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e encontra-se aguardando julgamento.

(b) Processos fiscais ativos

- (i) Em 31 de agosto de 2021, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e à COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos contábeis.

Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança, não corresponderiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores.

Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim para discutir o tema judicialmente através de uma Ação Anulatória, fez-se necessário garantir o Juízo através do depósito judicial do valor discutido.

Em 31 de dezembro de 2022, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias trimestrais.

(c) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(d) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) diferença de horas extras e reflexos; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional, e (iv) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

(e) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$12.131 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$12.150) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis.

As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. As subsidiárias fora do Brasil seguem os regimes tributários locais.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.579	179.147	121.320	183.358
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(39.977)	(60.910)	(41.249)	(62.342)
Juros sobre o capital próprio	25.478	24.543	25.478	24.543
Variação monetária Processo Selic	1.678	1.946	1.678	1.946
Pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem" - Lei no11.196/05)	4.172	3.248	4.172	3.248
Equivalência patrimonial	6.164	19.398	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	(3.405)	7.197
Participação de Administradores	(1.696)	(1.890)	(1.696)	(1.890)
Diferença de alíquota e/ou regime tributário	-	-	8.500	11.852
Outras adições (exclusões), líquidas	485	(1.396)	166	(3.325)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(3.696)	(15.061)	(6.356)	(18.771)

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Correntes	(5.566)	(15.954)	(11.947)	(21.601)
Diferidos	1.870	893	5.591	2.830
Total	(3.696)	(15.061)	(6.356)	(18.771)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2024				2023			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques – provisão para realização	24.940	6.222	2.245	8.467	25.687	6.406	2.312	8.718
Reintegração de máquinas	4.078	1.017	367	1.384	2.357	588	212	800
Prejuízo fiscal	880	-	79	79	1.707	433	154	587
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.035	258	93	351	577	144	52	196
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.318	1.539	555	2.094	4.251	1.060	383	1.443
Comissões condicionadas	1.042	260	94	354	1.083	270	98	368
Participação dos administradores	4.787	-	431	431	5.497	-	495	495
Outras diferenças ativas temporárias	8.609	2.185	787	2.972	4.887	1.217	439	1.656
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora	47.126	10.457	4.273	14.730	41.483	9.093	3.767	12.860
Prejuízo fiscal	-	-	-	10.597	-	-	-	6.221
Impostos diferidos - Vila Romi	-	-	-	(2.038)	-	-	-	(1.589)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	47.126	10.457	4.273	23.288	41.483	9.093	3.767	17.492
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	17.111	-	17.111	19.029	14.804	-	14.804
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W) (ii)	77.738	21.548	-	21.548	66.270	18.293	-	18.293
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	96.767	38.660	-	38.660	85.299	33.097	-	33.097

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se substancialmente à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

A movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos, controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.860	17.492	-	33.097
Movimentações do exercício				
Adições	3.116	5.780	-	-
Realização	(1.246)	(2.866)	-	(2.677)
Variação cambial	-	2.882	-	8.240
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.730	23.288	-	38.660

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$988.470 (R\$904.772 em 31 de dezembro de 2023) é representado por 93.170.747 ações ordinárias (88.734.045 em 31 de dezembro de 2023) nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 26 de março de 2024, foi aprovado o aumento do Capital Social no valor de R\$83.698, mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações.

A bonificação em ações foi realizada à razão de 5% (cinco por cento), o aumento de capital foi efetivado com a emissão de 4.436.702 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP")

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	113.883	164.086
(-) Constituição de reserva Legal	(5.694)	(8.206)
Lucro passível de distribuição	108.189	155.880
Dividendos obrigatórios	(27.047)	(38.970)
Dividendos excedente já distribuídos	(47.889)	(33.214)
Dividendos total distribuídos	(74.936)	(72.184)
Constituição de reserva de lucros	33.253	83.696

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante de R\$74.936, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo:

1. Em 25 de março de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$10.649, sendo 0,12 por ação, cujo pagamento foi realizado em 10 de abril de 2024.
2. Em 11 de junho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$21.429, sendo 0,23 por ação, cujo pagamento foi realizado em 17 de julho de 2024.
3. Em 17 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$22.361, sendo 0,24 por ação, cujo pagamento foi realizado em 21 de novembro de 2024.

4. Em 10 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$20.497, sendo 0,22 por ação, cujo pagamento será realizado em 26 de fevereiro de 2025.

O montante total pago pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R\$57.384 (R\$97.970 em 2023).

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	113.883	164.086
Média ponderada das ações em circulação	93.171	93.171
Lucro básico e diluído por ação	1,22	1,76

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o resultado por ação.

18 PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como Contribuição Definida - CD.

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$1.722 (R\$1.208 em 31 de dezembro de 2023). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

19 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$193.428; (ii) máquinas e equipamentos - R\$651.706; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$511.361; (iv) obras - R\$8.947; (v) bens em poder de terceiros - R\$108.599; e (vi) outros - R\$914.

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Riscos Tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos	147.476	92.412	257.656		497.544
FINAME Fabricante	196.847	109.760	82.728	1.742	391.077
Fornecedores	110.420	-	-	-	110.420
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos	176.839	54.155	162.377	-	393.371
FINAME Fabricante	162.410	119.324	106.402	3.674	391.810
Fornecedores	80.128	-	-	-	80.128

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(-) Total dos financiamentos	720.401	673.607	855.484	785.181
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(118.450)	(216.256)	(261.597)	(282.418)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(50.853)	(66)	(100.099)	(32.066)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(426.174)	(402.854)	(426.174)	(402.854)
Dívida (Caixa) líquida	124.924	54.431	67.614	67.843
Total do patrimônio líquido	1.226.745	1.169.511	1.229.013	1.169.511
Total do capital	1.351.669	1.223.942	1.296.627	1.237.354
Índice de alavancagem financeira - %	9,2%	4,4%	5,2%	5,5%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	<u>Controladora</u>
Caixa e equivalentes de caixa	11.166
Duplicatas a receber	28.908
Partes relacionadas a receber	107.342
Outros créditos	2.584
Partes relacionadas a pagar	(319)
Financiamentos	(136.284)
Fornecedores	(25.205)
Adiantamentos de clientes	(5.710)
Outras contas a pagar	(851)
Exposição passiva líquida	(18.369)

A seguir estão demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Controladora Cenário III</u>
Exposição passiva líquida	(19.165)	(23.956)	(28.747)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2025, sendo dólar a R\$6,09 e euro a R\$6,72. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC.

Em 31 de dezembro de 2024, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI/SELIC.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	149.877	235.293
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao Selic	(46.751)	(46.751)
Exposição ativa líquida	103.126	188.542

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI/SELIC.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2025, no valor de 15,0%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

Exposição ativa ao CDI

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	15.469	19.336	23.204
	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	28.281	35.351	42.422

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	118.450	216.256	261.597	282.418
Aplicações financeiras	50.853	66	100.099	32.066
Duplicatas a receber	113.394	104.220	312.612	310.552
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	426.174	402.854	426.174	402.854
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	17.000	16.774	24.258	16.353
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	329.324	281.797	464.407	393.371
Financiamentos - FINAME fabricante	391.077	391.810	391.077	391.810
Fornecedores	96.700	56.071	112.747	80.128
Outras contas a pagar	14.007	9.297	47.626	37.750

21 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO – CONSOLIDADO

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Apesar de as unidades de negócio Fundidos e Usinados e Máquinas Burkhardt+Weber terem apresentado prejuízo operacional, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 11.

	31.12.2024					
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	814.599	234.959	177.529	(7.076)	-	1.220.011
Custo dos produtos e serviços vendidos	(419.262)	(191.105)	(254.428)	-	-	(864.795)
Transferências remetidas	2.532	-	71.033	-	(73.565)	-
Transferências recebidas	(71.033)	-	(2.532)	-	73.565	-
Lucro (prejuízo) bruto	326.836	43.854	(8.398)	(7.076)	-	355.216
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(92.608)	(19.233)	(6.652)	-	-	(118.493)
Gerais e administrativas	(59.325)	(30.447)	(16.928)	-	-	(106.700)
Pesquisa e desenvolvimento	(24.804)	-	(6.270)	-	-	(31.074)
Honorários da Administração	(10.249)	-	(4.251)	-	-	(14.500)
Outras receitas operacionais líquidas	2.112	-	-	26.059	-	28.171
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	141.962	(5.826)	(42.499)	18.983	-	112.620

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.12.2024

	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Estoques	463.285	169.670	82.589	-	-	715.544
Depreciação e amortização Imobilizado, líquido e Máquinas de locação destinadas a venda	38.543	7.455	14.615	-	-	60.613
	367.443	74.956	78.008	-	-	520.407
Intangível	335	48.749		2	-	- 49.086

	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	TOTAL
Receita operacional líquida por região geográfica	128.893	922.485	45.782	122.851	1.220.011

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os segmentos da Companhia:

31.12.2023

	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	781.864	225.584	222.595	-	-	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.238)	(176.218)	(302.852)	-	-	(859.705)
Transferências remetidas	1.896	-	73.603	-	(75.499)	-
Transferências recebidas	(73.603)	-	(1.896)	-	75.499	-
Lucro (prejuízo) bruto	326.726	49.366	(8.550)		-	367.542
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(86.546)	(18.867)	(5.974)	-	-	(111.387)
Gerais e administrativas	(48.373)	(29.420)	(20.638)	-	-	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	(23.193)	-	(6.967)	-	-	(30.160)
Honorários da Administração	(8.757)	-	(5.475)	-	-	(14.232)
Outras receitas operacionais líquidas	7.869	-	-	51.966	-	59.835
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	167.727	1.079	(47.604)	51.966	-	173.167
Estoques	443.581	93.671	69.755	-	-	607.007
Depreciação e amortização Imobilizado, líquido	31.288	9.500	15.250	-	-	56.038
	320.058	60.551	74.070	-	-	454.679
Intangível	637	43.722	3	-	-	44.362

	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	TOTAL
Receita operacional líquida por região geográfica	437.328	665.939	95.092	28.888	1.227.247

22 COMPROMISSOS FUTUROS

A Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica para os próximos 2 anos, sendo 2025 com a CTG Brasil, e para o período que sucede o contrato em curso foi contratada a Auren Energia, portanto, até 31 de dezembro de 2026, e passa a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

ANO DE FORNECIMENTO	VALOR
2025	15.554
2026	8.935
	24.489

A Administração da Companhia é da opinião de que esses contratos estão condizentes com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercado interno	954.820	995.008	969.189	1.009.184
Mercado externo	97.264	99.944	391.307	365.771
Receita bruta de vendas	1.052.084	1.094.952	1.360.496	1.374.955
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(140.311)	(149.121)	(140.485)	(147.708)
Receita líquida de vendas	911.773	945.831	1.220.011	1.227.247

24 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação e amortização	47.930	43.644	60.613	56.038
Despesas com pessoal	191.945	200.523	330.176	316.880
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	531.685	544.662	682.802	635.030
Frete	25.649	24.525	33.086	31.170
Outras despesas	25.685	25.101	28.885	74.797
Total	822.894	838.455	1.135.562	1.113.915
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	650.903	674.445	864.795	859.705
Despesas com vendas	70.047	67.043	118.493	111.387
Despesas gerais e administrativas	56.612	52.802	106.700	98.431
Pesquisa e desenvolvimento	31.074	30.160	31.074	30.160
Participação e honorários da Administração	14.258	14.005	14.500	14.232
Total	822.894	838.455	1.135.562	1.113.915

25 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	15.266	16.407	21.860	21.429
Juros de duplicatas a receber	2.211	5.012	2.211	5.012
Resultado financeiro no Êxito em Processo Judicial	4.935	5.722	4.935	5.722
Outros	256	306	1.107	2.804
Total	22.668	27.448	30.113	34.967
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(16.243)	(16.615)	(16.604)	(17.033)
Outras	(2.408)	(4.046)	(8.995)	(9.005)
	(18.651)	(20.661)	(25.599)	(26.038)

26 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado da venda de ativos	2.746	7.036	2.746	7.036
Empreendimento Vila Romi	-	-	16.059	51.966
Venda de terrenos de controladas	-	-	10.000	-
Outros	(580)	250	(634)	833
	2.166	7.286	28.171	59.835

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2025 e autorizadas para publicação.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio").

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2024, no valor de R\$11.706, a ser pago em 11 de março de 2025, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11 de março de 2025.

* * *